

# MANIFESTO MOTOCICLISTA

## CONTRA A FARSA DAS INSPEÇÕES ÀS MOTOS



Os utentes das estradas são tratados como um negócio que se procura rentabilizar. O interesse económico continua a prevalecer face à prevenção da sinistralidade rodoviária. As medidas que nos querem impor apenas garantem receita, não previnem a sinistralidade rodoviária. Não aceitamos que as vítimas da estrada continuem a ser usadas para justificar a implementação de medidas que em nada se relacionam com a prevenção da causa dos sinistros.

**Dia 16 de outubro de 2021 às 16:00 horas de Portugal continental, o GAM - Grupo de Acção Motociclista chama a atenção para a FARSA das inspeções às motos com demonstrações de motociclistas no Porto, em Coimbra, em Lisboa, em Faro, no Funchal e em Porto Santo.**

A directiva Europeia (2014/45/EU) que regula as inspeções aos veículos matriculados na UE tem por base relatórios de consórcios com vasto interesse económico na obrigatoriedade das inspeções às motos. O Lobby que em Portugal representa o negócio ligado às inspeções automóveis, continua a afirmar que as inspeções às motos são “uma medida importante para a redução da sinistralidade dos motociclos”. Este argumento é FALSO. A quantidade de acidentes por falha mecânica é insignificante. O GAM apresenta a sua posição fundamentada e focada nos principais ingredientes causais dos sinistros rodoviários.

Estudos científicos apontam o fator humano e as infraestruturas como principais causas dos sinistros. Um desses estudos [Wierwille et al. (2002)], conduzido no Virginia Tech Transportation Institute, indica-nos o impacto dos fatores que mais contribuirão para os acidentes (Fig.1 e 2). A influência destes três fatores nos sinistros rodoviários não é particular à envolvimento de motos, mas um importante indicador do seu impacto nos sinistros rodoviários. Factor veículo 2%. A obrigatoriedade que nos querem impor, ignora por completo as principais causas dos sinistros.

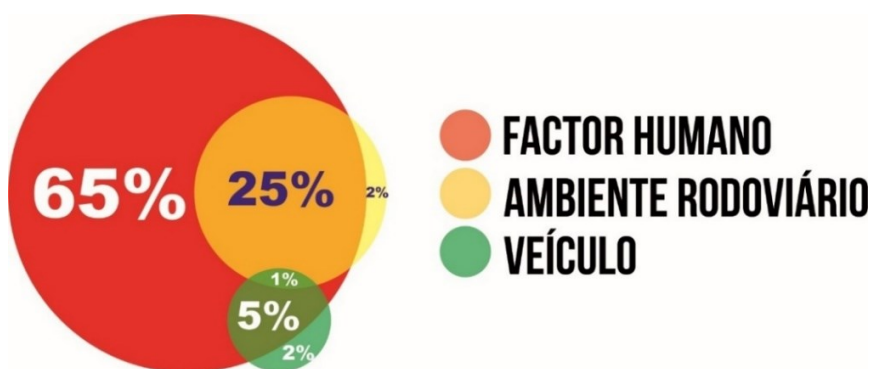


Figura 2 – Conjugação dos principais fatores nos sinistros rodoviários.

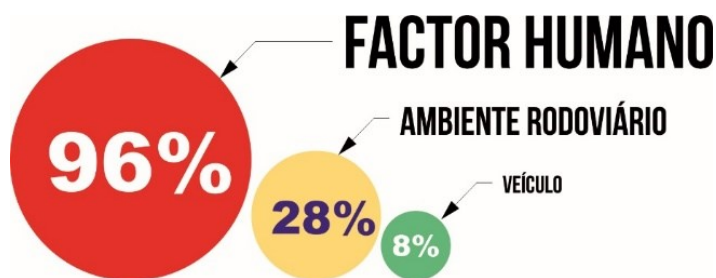


Figura 2 – Envolvência dos principais fatores que contribuem para os acidentes.

De acordo com a Motorcycle Safety Foundation, mais de metade de todas as fatalidades ocorridas em veículos de 2 rodas a motor envolvem outras tipologias de veículos, onde na esmagadora maioria dos casos, ao condutor do automóvel ou do veículo pesado – e não ao motociclista – é atribuída a culpa pelo incumprimento das mais básicas regras rodoviárias.

Todos os estudos dedicados à sinistralidade de veículos de duas rodas a motor (SaferWheels, MAIDS Report, Hurt Report, etc.), concluem que **a sinistralidade rodoviária em veículos de 2 rodas a motor causada por falha mecânica (factor veículo) têm uma expressão insignificante (0,3% - MAIDS Report). As IPO às motos não trazem quaisquer benefícios em termos de redução da sinistralidade rodoviária. Medidas de prevenção eficazes terão que incidir sobre o factor humano e as infraestruturas pois, são os que mais contribuem para os sinistros.**

França, Finlândia, Dinamarca, Irlanda e Holanda, recuam na implementação das IPO às motos. O ministro dos transportes dinamarquês apresentou inclusive uma medida alternativa centrada apenas nas motos que apresentam problemas e não na ganância de obrigar todas as motos à inspeção. O Presidente Francês, Emmanuel Macron, já suspendeu o decreto lei que colocaria o seu país com inspeções às motos a partir de 2023 e reconheceu que **a prioridade das medidas a adotar deve centrar-se nas áreas com maior impacto na prevenção da sinistralidade.** Por cá o nosso secretário de estado das Infraestruturas, Jorge Delgado, não perdeu a oportunidade de anunciar o tema já gasto de que agora é que as motos vão à inspeção. Assim se revelam as prioridades de JORG€ D€LGADO em matéria de sinistralidade.

#### **SOMOS CONTRA AS INSPECÇÕES ÀS MOTOS PORQUE:**

- 1 - É uma medida que em nada se relaciona com a redução da sinistralidade. Apenas garante incremento de receita e ignora por completo a prevenção dos principais fatores causais dos sinistros. Medidas preventivas devem centrar-se nas áreas já identificadas com maior impacto na redução da sinistralidade rodoviária.
- 2 - A prioridade desta lei é taxar todos os motociclistas. É uma lei que não distingue motos legais de motos ilegais. Colocará TODAS AS MOTOS que não tenham pago a nova taxa vitalícia (IPO) acrescida de IVA, na clandestinidade.
- 3 - As motos com “problemas” já são submetidas à inspeção B. A obrigatoriedade das IPO a todas as motos, nada acrescentará à fiscalização das autoridades no terreno. Esse é já um dever das polícias, já pago por todos nós. A autoridade que fiscaliza o trânsito não deve ser paga só para andar à caça da multa. Querem transformar um dever da polícia num negócio de privados.
- 4 - Não aceitamos que nos obriguem a pagar uma inspeção à moto quando em 99,7% dos acidentes a culpa não é da moto.
- 5 - Não aceitamos ter de pagar por uma IPO que não se responsabiliza nem nos dá quaisquer garantias de mais-valias efetivas em termos de redução da sinistralidade rodoviária.



**INSPEÇÃO GARANTE RECEITA  
NÃO PREVINE SINISTRALIDADE**

Ligações úteis:

<https://www.femamotorcycling.eu/dk-roadside-inspection/>

<https://www.femamotorcycling.eu/motorcycle-inspections/>

<https://www.femamotorcycling.eu/no-technical-inspections-now/>

<https://www.femamotorcycling.eu/no-motorcycle-inspections-finland/>

**f /GAMPORTUGAL**  
[www.facebook.com/gamportugal](http://www.facebook.com/gamportugal)

**GAM - Grupo de Acção Motociclista**  
**11/10/2021**